

# Investimento e Inovação na Economia Chinesa

## 1. Introdução

Desde a abertura de sua economia no final da década de 1970, a China tem ganhado importância enquanto receptor de investimento estrangeiro direto (IED) dentro da economia mundial. Hoje, o país é o segundo maior destinatário deste tipo de investimentos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Nesse contexto, levantam-se importantes questões acerca do papel exercido historicamente pelo IED no dinamismo da economia chinesa e, contemporaneamente, na transformação da natureza de sua pauta econômica. De fato, se economistas discordam quanto ao papel exercido pelo investimento estrangeiro direto enquanto motor do crescimento chinês, poucos disputam os dados econômicos e as políticas institucionais que apontam para uma tentativa mudança estrutural na economia chinesa em direção ao setor de serviços e de bens de alta tecnologia agregada. Nesse sentido, é emblemática a mudança, ao longo da última década, da carteira de IED na China do setor secundário para o terciário, assim como o papel exercido pelas transferências de tecnologias no

crescente lugar dos processos de inovação nessa economia.

Dentro desse contexto, este trabalho tem por finalidade analisar a relação entre o IED e a inovação tecnológica na economia chinesa, destacando o papel exercido por este tipo de investimento dentro de uma estratégia político-econômica mais ampla de desenvolvimento levada a cabo pelo núcleo dirigente do Estado chinês. Este objetivo é desenvolvido em três seções. Em primeiro lugar, apresenta-se um breve panorama das dinâmicas de investimento estrangeiro direto na economia chinesa desde a sua abertura no final da década de 1970. Busca-se apontar não somente a importância bruta deste, como também seu desenvolvimento histórico, suas principais fontes e sua distribuição dentro da economia chinesa, destacando, notadamente, a mudança do perfil deste investimento nos últimos dez anos diante de novos incentivos do governo central. O papel desempenhado pela ação política estatal é analisado na segunda seção, onde se discute as diferentes abordagens econômicas sobre a importância relativa do IED na economia e inovação chinesa, notadamente em função dos

volumosos investimentos públicos domésticos. Argumenta-se, sucintamente, a necessidade de uma abordagem não-dicotômica entre investimento interno e externo. Finalmente, na terceira seção, destaca-se o tema da regionalização do espaço econômico chinês, apontando como a dinâmica apresentada não é distribuída homoganeamente pelo território nacional, sendo, pelo contrário, fragmentada em políticas flexíveis de territorialização que buscam inserir internacionalmente a China sem desregular seu sistema político-econômico.

## 2. Investimento Estrangeiro Direito na China: um panorama

A China é, há mais de uma década, um dos principais destinos de investimentos diretos no mundo passando a ser, desde 2005, o maior receptor entre os países em desenvolvimento (NAUGHTON, 2007). Atualmente, ocupa a segunda posição entre os países que mais recebem IED no mundo (UNCTAD, 2011). Os dados disponíveis apontam para o crescente peso deste tipo de investimento no país, atingindo, em 2010, um estoque de US\$ 578 milhões, com um fluxo de aproximadamente US\$ 105 milhões (ver tabela 1). Estes valores são superiores aos dados de todos os

demais países BRICS, indicando não apenas um maior estoque de IED, como também uma expectativa de crescimento deste muito mais rápida (ver tabela 2).

Tabela 1

Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China (US\$ m.)*		
	Fluxo de IED	Estoque do fluxo de IED
ANO	Total (mercadorias e serviços)	
2001	46.878,00	203.142,00
2002	52.743,00	216.503,00
2003	53.505,00	228.371,00
2004	60.630,00	245.467,00
2005	72.406,00	272.094,00
2006	72.715,00	292.559,00
2007	83.521,00	327.087,00
2008	108.312,00	378.083,00
2009	95.000,00	473.083,00
2010	105.735,00	578.818,00

\*Fonte: Informações coletadas no site da UNCTADStat: <http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx>

Tabela 2

IED nos países BRICS em 2009 (US\$ m.)		
	Fluxo de IED	Estoque do fluxo de IED
Brasil	30.44	400.8
Rússia	15.9	109.02
Índia	22.46	163.95
China	95.00	473.08
África do Sul	5.69	116.96

Fonte: Investment Map <http://www.investmentmap.org/prioritySector.aspx>

A entrada de Investimento Estrangeiro Direto na China iniciou-se em 1978, a partir da abertura da economia ao fluxo internacional de investimentos (NAUGHTON, 2007). Entretanto, apenas em 1992, com a

intensificação das reformas estruturais previstas por Deng Xiaoping, configurou-se, de fato, um *boom* de crescimento do IED. Com o ingresso do país na OMC, em 2001, este movimento foi intensificado e ampliado por meio de uma rápida transformação na estrutura organizacional chinesa, ocasionada, principalmente, pela promulgação de uma série de políticas econômicas de teor liberalizante. Este fenômeno acabou por impactar tanto a natureza quanto a quantidade dos fluxos de IED, contribuindo para o crescimento da taxa de transferência tecnológica estrangeira para o país. A partir de então, o fluxo de investimentos apenas aumentou, momentos de oscilação da economia mantendo-se estável mesmo em global; apesar de ter sofrido uma

retração em 2009 (como reflexo da crise que atingiu o sistema econômico mundial em 2008), voltou a crescer fortemente já em 2010.

No âmbito da origem destes investimentos, a análise dos dados disponíveis aponta para a importância das transferências regionais para o fluxo de IED na China. De fato, Taiwan, Singapura e, principalmente, Hong Kong, figuram entre as principais fontes de investimentos, com fluxos crescentes ao longo dos anos, inclusive após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) (ver tabela 3).

Tabela 3

Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China (US\$ Bilhões)*										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008**	2009**	2010**
<b>Alemanha</b>		0.92	0.85	1.05	1.53	1.98	0.73	0.90	1.20	0.84
<b>Coréia do Sul</b>		2.72	4.48	6.25	5.17	3.89	3.67	3.10	2.70	2.47
<b>Estados Unidos</b>	4.43	5.42	4.19	3.94	3.06	2.87	2.61	2.90	3.60	3.55
<b>Hong Kong</b>	16.71	17.8	17.7	18.99	17.95	20.23	27.70	41.0	54.0	56.81
<b>Ilhas Cayman</b>		1.19	0.86	2.04	1.95	2.1	2.57			
<b>Ilhas Virgens Britânicas</b>		6.17	5.77	6.73	9.02	11.25	16.55			
<b>Japão</b>	4.34	4.19	5.05	5.45	6.53	4.60	3.58	3.70	4.10	3.94
<b>Samoa Ocidental</b>		0.87	0.98	1.19	1.36	1.54				
<b>Singapura</b>		2.37	2.06	2.01	2.20	2.26	3.18	4.4	3.9	5.161
<b>Taiwan</b>	2.98	3.97	3.37	3.11	2.15	2.14	1.77	1.90	6.60	6.20

\* Informações coletadas nos sites:  
*Invest in China* <[http://www.fdi.gov.cn/pub/FDI\\_EN/Statistics/AnnualStatisticsData/default.jsp](http://www.fdi.gov.cn/pub/FDI_EN/Statistics/AnnualStatisticsData/default.jsp)>  
 MOFCOM <<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/foreigninvestment/201110/201110107347870.html>>  
 USCBC <<https://www.uschina.org/info/forecast/2007/foreign-investment.html#table4>>

\*\* Nesses anos, os investimentos através das Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Samoa Ocidental foram incorporadas aos seus investidores primários.

Entretanto, é importante destacar que tal dinâmica regional é indissociável do processo mais amplo de globalização. Isto porque, em um contexto de produção global, os investimentos advindos destes países são parte de uma rede de produção transnacional complexa, cujos meandros escapam à análise dos fluxos bilaterais. Nesse sentido, o papel de Hong Kong, Taiwan e Singapura é, em grande parte, de intermediar o fluxo de investimentos entre a China e os principais atores da economia global (BRESLIN, 2003). Ademais, parte dos valores indicados na tabela refere-se aos chamados “investimentos reciclados” via Hong Kong, ou seja, investimentos oriundos de um processo no qual atores econômicos chineses investem em Hong Kong (geralmente por meio de uma empresa de fachada) para, então, reinvestir na China, aproveitando o tratamento preferencial oferecido pelo governo (BRESLIN, 2003). Segundo Bhaskaran (2003), esta modalidade de investimento pode chegar a 25% do total de IED advindo de Hong Kong.

O destino destes importantes fluxos de investimentos externos é, ademais, de suma importância na compreensão do papel do IED na economia chinesa. De fato, até a

entrada da China na OMC, a maior parte deste capital produtivo estrangeiro destinava-se ao setor de manufaturas, principalmente aqueles intensivos em trabalho. Nesse sentido, pontuamos a trajetória do IED na China em duas fases distintas: uma primeira, na qual tal investimento estava comprometido com uma mudança estrutural da economia chinesa rumo à especialização no setor manufatureiro (NAUGHTON 2007), e uma segunda, ligada ao objetivo do governo de promover uma nova mudança estrutural em direção a setores intensivos em tecnologia e de serviços<sup>1</sup>. Esta segunda fase seria caracterizada, especialmente, por um deslocamento do principal destino do IED do setor secundário para o terciário, movimento iniciado em 2002 e consolidado em 2008, quando a porcentagem do total de IED destinado ao setor de serviços ultrapassou aquela destinada ao setor manufatureiro (ver tabela 4).

A importância estratégica do setor terciário para o governo chinês é revelada na política de abertura econômica de setores antes protegidos, visando à atração de IED para os serviços e os setores intensivos em tecnologias (WORLD INVESTMENT REPORT, 2004). Tal

política resultou na expansão do fluxo de investimentos destinado a estes

Tabela 4

Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China (%)*			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
2003	1.87	74.22	23.91
2004	1.84	74.98	23.18
2005	1	62	37
2006	0.86	61.19	37.95
2007	1.11	51.32	47.58
2008	1.10	49.17	49.73

\* Informações coletadas nos sites:  
Invest in China:  
[http://www.fdi.gov.cn/pub/FDI\\_EN/Statistics/AnnualStatisticsData/default.jsp](http://www.fdi.gov.cn/pub/FDI_EN/Statistics/AnnualStatisticsData/default.jsp)  
e BIICL:  
[http://www.biicl.org/files/2727\\_the\\_new\\_generation\\_of\\_chinese\\_bits\\_and\\_investment\\_arbitration\\_updated.pdf](http://www.biicl.org/files/2727_the_new_generation_of_chinese_bits_and_investment_arbitration_updated.pdf)

setores. Nesse sentido, observamos que entre os anos de 2003 e 2009 as cifras de IED cresceram aproximadamente 300% nos serviços ligados à computação e softwares, 375% nos serviços empresariais, 545% nas pesquisas científicas e serviços tecnológicos e 7100% nos serviços financeiros; alternativamente, registra-se um aumento de apenas 134% no setor manufatureiro<sup>2</sup>.

Portanto, conclui-se que o IED configurou, desde as reformas de 1978, uma importante ferramenta para dinamizar setores estratégicos da economia chinesa. Este fluxo de IED, localizado hoje entre os maiores do mundo, é indissociável da hábil atuação do Estado no âmbito da formulação de políticas voltadas ao seu direcionamento. Este processo é evidenciado na origem regional da

maior parte dos investimentos, fruto de políticas permissivas ao fluxo de capital vindo de Hong Kong, Singapura e Taiwan. Ademais, transparece igualmente nos incentivos dados pelo governo para o direcionamento do IED a determinados setores: serviços em geral, setores intensivos em tecnologia e pesquisa em desenvolvimento (P&D). A seguir, voltamo-nos à discussão do papel empenhado por esta atuação do governo na consolidação do lugar dos investimentos diretos na economia chinesa.

### 3. Investimento Estrangeiro Direto e Políticas Governamentais na Economia Chinesa

A literatura sobre o modelo de desenvolvimento chinês apresenta esta discussão a partir do debate entre duas importantes correntes que divergem no tocante à origem do dinamismo da economia do país. De um lado, encontram-se aqueles economistas (aqui cunhados, de forma abrangente, de “liberais”) que enfatizam o papel fundamental desempenhado pelo IED para o aumento da participação da China no mercado internacional, visto como o motor das altas taxas de crescimento obtidas<sup>3</sup>. Alternativamente, outros economistas (chamados aqui de “desenvolvimentistas”<sup>4</sup>) destacam a participação do Estado (local e central)

e do investimento doméstico na abertura gradual da economia, de modo a que fosse possível garantir certa autonomia ao processo de desenvolvimento chinês<sup>5</sup>.

Este debate é reproduzido na temática da inovação tecnológica, onde o debate entre liberais e desenvolvimentistas é fundamental. Para os primeiros, a importância do investimento externo na formação bruta de capital é fundamental – a despeito da diminuta importância de suas cifras absolutas em relação a outros tipos de investimentos –, dado que constitui, desde o final da década de 1970, a principal forma de acesso do capital global à China (NAUGHTON, 2007). Ademais, destacam os efeitos de *spillover* que o IED pode promover, possibilitando a alteração do perfil econômico do país por meio da incorporação de tecnologias mais avançadas na produção. Estes autores apontam diversas possibilidades para a ocorrência do *spillover effect*: a redução dos custos de inovação por parte de empresas domésticas à medida que as mesmas passam a “imitar” as empresas estrangeiras (engenharia reversa); a contratação de mão-de-obra treinada pela empresa estrangeira por empresas locais; o incentivo à inovação nas firmas domésticas em função da competição com empresas estrangeiras intensivas

em tecnologia (LIN *et al*, 2009); e a transferência de tecnologia e *know-how* de forma vertical da empresa estrangeira para empresas domésticas (CHEUNG & LIN, 2004).

Os desenvolvimentistas, por sua vez, destacam o papel desempenhado pelo investimento interno na promoção de pesquisa em desenvolvimento (P&D), educação de qualidade e parques industriais. Para estes autores o impacto resultante destes investimentos domésticos sobre o PIB nacional é muito maior do que o promovido pelo IED (BARDHAN, 2010), notadamente devido ao seu maior volume. Nesse sentido, argumenta-se que por conta da sua elevada taxa de poupança, a China seria menos dependente do fluxo de IED do que a maior parte das economias em desenvolvimento (NAUGHTON, 2007), o mesmo sendo responsável, no seu ápice, por apenas 11,8% do investimento total em ativos fixos (NOGUEIRA, 2011). Ademais, tais autores argumentam que o IED pode gerar não um efeito de *spillover*, mas sim de *crowding-out*: o aumento de intensidade da competição prejudicaria as empresas nacionais ao aumentar seus custos fixos (por conta da busca de reestruturação das técnicas de produção de gerenciamento) ao mesmo tempo em

que diminui seu volume de vendas (LIN *et al*, 2009).

Apesar de reconhecer a contribuição de cada uma destas correntes, argumentamos que, se tomadas como mutuamente excludentes, estas perspectivas deixam escapar parte da complexidade do processo de evolução da capacidade de inovação chinesa. Nesse sentido, destacamos a relação específica estabelecida entre o papel do IED e do investimento doméstico na economia chinesa como fundamental para o aumento da capacidade inovativa observado nos últimos anos. Assim, uma abordagem excludente desta temática esconde a relação de complementaridade e dependência entre os dois tipos de investimentos.

Em primeiro lugar, a entrada de capitais sob a forma de investimentos produtivos é, fundamentalmente, uma função dos incentivos domésticos em favor deste fluxo. No caso chinês, evidencia-se que, no momento de maior abertura (inclusive com a implementação das Zonas Econômicas Especiais), já havia sido construída uma estrutura com a finalidade de atrair o investimento produtivo externo para o país, sustentando a afirmação de que o IED foi atraído para a China através de grandes investimentos domésticos em setores estratégicos (NAUGHTON, 2007; BARDHAN,

2010). Ademais, argumentamos que o efeito de *spillover* do IED sobre a economia doméstica (ênfático pelos liberais) não poderia ocorrer se não fosse combinado a uma infraestrutura doméstica fruto dos investimentos governamentais. Em outras palavras, apesar de possuir um papel central no acesso a novas tecnologias, o IED não geraria inovação doméstica de forma direta: faz-se necessária uma atuação governamental específica para fazer com que a absorção de tecnologia – trazida pelo investimento externo – seja possível (CHEN, 2007).

Nesse sentido, o desenvolvimento de instituições e incentivos voltados especificamente à inovação no âmbito do processo produtivo mostra-se uma questão central no processo de incorporação de tecnologias à pauta econômica chinesa. Por um lado, estes se voltam à inovação endógena, ou seja, aos processos de inovação internos à economia chinesa (e.g. recompensas aos inovadores e àqueles que empregam novas tecnologias em seu processo de produção). Por outro lado, e talvez de forma mais fundamental, estes estímulos são essenciais na constituição de uma estrutura técnica e institucional que não somente atraia o capital estrangeiro, como também capacite a economia doméstica a absorver os benefícios oriundos dos

efeitos de *spillover* das inovações tecnológicas ligadas ao IED.

No que diz respeito aos incentivos promovidos pelo governo chinês para a atração do IED em prol de uma estratégia de desenvolvimento nacional, nos serve como exemplo o caso de Kunshan, uma cidade na região de Suzhou, próximo a Shanghai. Kunshan passou, a partir de uma iniciativa governamental de atração de grandes fluxos de IED, por um profundo processo de transformação. A forte urbanização e completa reestruturação de sua pauta econômica transparecem no índice de participação da agricultura no orçamento da cidade, que caiu de 50% na década de 1970 para 1.4% em 2005 (CHIEN & ZHAO, 2008).

Tal desenvolvimento da região de Kunshan deu-se por meio da criação, por parte do governo chinês, de canais institucionais que não visavam apenas atrair IED, mas também, e principalmente, utilizá-lo como uma ferramenta para a modernização e transformação da economia local. A principal ferramenta institucional utilizada na região foi a criação de uma *Export Processing Zone* (EPZ), que, além de prover facilidades para depósitos bancários e estar submetida a menos impostos (maior isenção), permite às empresas pertencentes à zona transferirem mercadorias

livremente para outras empresas dentro da própria EPZ ou em outras EPZs. Essa seria uma característica fundamental, já que, dessa forma, tais zonas, como aquela que foi instalada em Kunshan, passavam a atender à demanda por pronta-entrega, central em casos de produtos de alta tecnologia e Tecnologia da Informação (CHIEN & ZHAO, 2008).

Ademais, também se destaca a relevância da construção de canais para maior contato entre os investidores e os governos locais. Estes possibilitam aos líderes locais o aprendizado de técnicas e estratégias de desenvolvimento para o ambiente de negócio local, através da transferência de experiências estrangeiras de desenvolvimento. No caso de Kunshan, tais canais foram desenvolvidos pelo governo local por meio da criação de fóruns de discussão acerca do desenvolvimento regional, os quais contavam com os principais investidores da região sob o papel de consultores (CHIEN & ZHAO, 2008).

Dessa forma, percebe-se que, tal qual demonstra o caso de Kunshan, faz-se necessária, para a compreensão da utilização e expansão do IED no contexto do modelo de desenvolvimento chinês, a elaboração de uma perspectiva que destaque a dinâmica complementar dos



investimentos domésticos e estrangeiros.

#### 4. Regionalização do IED na China

O grande crescimento dos fluxos de IED apresentado, apesar de central para o crescimento e inserção internacional da China, não foi acompanhado por uma equivalência distributiva dos mesmos pelas diversas regiões do país. De fato, as políticas governamentais de promoção do IED, apontadas como centrais ao processo inovativo, atuaram, desde o início do processo de abertura, visando delimitar o desenvolvimento áreas específicas, notadamente a região costeira. Esta escolha por dinamizar o país regionalmente buscava consolidar o modelo de crescimento econômico beneficiando-se de ganhos de escala e maior controle do processo de abertura, para que, em um segundo momento, o mesmo pudesse espalhar-se por todo o território (NAUGHTON, 2007). Este objetivo foi alcançado, em grande medida, pelo processo de organização flexível do território chinês como plano de desenvolvimento estatal, permitindo a criação de zonas econômicas e políticas de exceção responsáveis tanto pela propagação de redes econômicas pelo país como pela fomentação de uma maior integração política (ONG, 2004). O gráfico 1 a seguir ilustra a defasagem de IED entre as diversas províncias chinesas

gerada por esta estratégia político-econômica. Dessa forma, o gráfico apresenta uma retração da participação das províncias da costa sudeste no PIB nacional, em contraste com o crescimento da participação de outras regiões, notadamente, a região do delta do rio Changjiang e a das cinco províncias centrais.

Essas regiões possuem diferenças entre si: enquanto a costa sudeste vem sendo, desde o início das reformas de 1979, a principal força motriz do desenvolvimento nacional à medida que apresenta uma grande concentração de indústrias do setor de manufaturas, notadamente em Guangdong (NAUGHTON, 2006), a região do delta do rio Changjiang (região de Shangai e Kunshan) vem se afirmando como um vetor central para a atual migração da pauta econômica do país para os setores intensivos em tecnologia e serviços, e figura como o principal pólo tecnológico chinês (CHIEN & ZHAO, 2008). Por sua vez, a região das cinco províncias centrais vem sendo dinamizada de acordo com os princípios da política *Go West*, uma iniciativa do governo central.

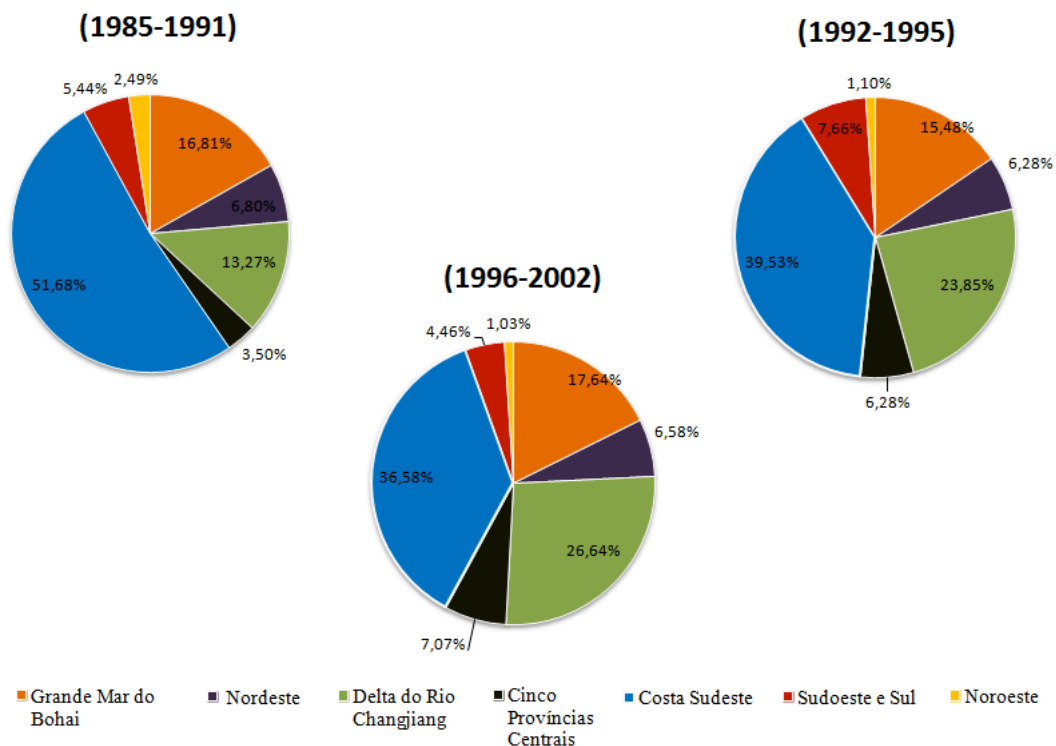
Assim, podemos perceber como a variação da participação das diversas regiões chinesas no PIB nacional, apresentada no gráfico 1, evidencia a recente transformação do modelo de crescimento chinês, apontando a

relativa redução da centralidade da costa sudeste chinesa diante de “novos” setores econômicos, nos quais se destaca a participação da região do delta do rio Changjiang. Da mesma forma, o gráfico apresenta outra tendência recente: a migração para o oeste, visando à dinamização de províncias até então à margem do processo de modernização pelo qual o país vem passando desde o final da década de 1970.

A criação de Zonas Econômicas Especiais e de Regiões Administrativas Especiais foi fundamental a esta estratégia político-econômica de reorganização do território por meio da liberalização de regiões previamente escolhidas (ONG, 2004). As Zonas

Econômicas Especiais são espaços que usufruem de uma série de políticas (tais como isenção de impostos e menores proteções trabalhistas) voltadas a incentivar o capital estrangeiro a montar fábricas e indústrias que produzam itens para a exportação, qualifiquem trabalhadores e facilitem a transferência tecnológica. Assim, são criadas áreas nas quais o IED possui grandes incentivos à entrada no país sem que este acréscimo na sua capacidade de lucro desestabilize a economia como um todo por meio da liberalização desregulada. Por sua vez, as Regiões Administrativas Especiais permitiram que Hong Kong e Macau

*Gráfico 1: Distribuição do IED por regiões na China, 1985-2002*



Fonte: NBS. *China Statistical Yearbook* (1985-2002)

retornassem à órbita de soberania chinesa, mantendo, entretanto, suas características liberais e democráticas. A ocorrência destas “exceções legais” dentro do território da China faz parte da estratégia nacional “um país, dois sistemas”, proposta por Deng Xiaoping na década de 1980 (HUANG, 2004). A seleção de regiões de maior potencial exportador e a proximidade com grandes centros (como Hong Kong) para o estabelecimento destes territórios diferenciados permitiu ao governo inserir o país no mercado internacional, ao mesmo tempo em que conservava a organização político-administrativa da China<sup>6</sup>.

Os investimentos ao estímulo à entrada e concentração de investimento estrangeiro direto no setor manufatureiro foram igualmente responsáveis por impulsionar o desenvolvimento de infraestruturas físicas, educacionais e de pesquisa voltadas tanto para a instalação de transnacionais intensivas em tecnologia como para a criação de centros internacionais de pesquisa e desenvolvimento. Estes centros, historicamente filiados a empresas estrangeiras e focados na adaptação de tecnologias para o mercado chinês, têm apresentado uma tendência crescente ao estabelecimento de *joint ventures* de pesquisa, que contam com

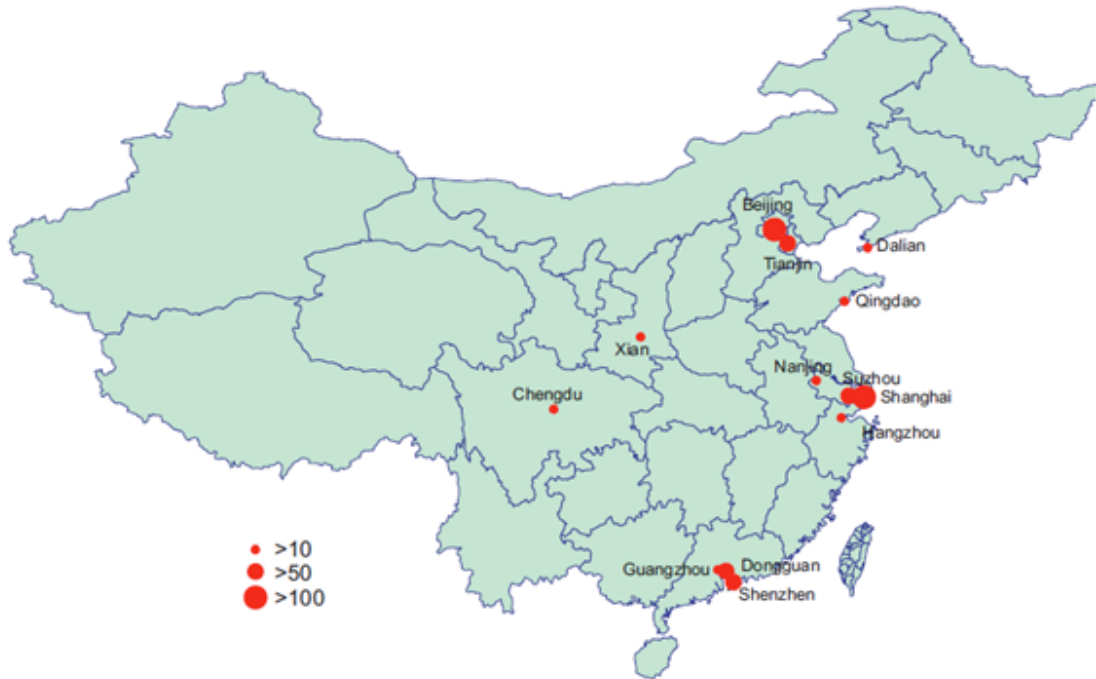
a participação de instituições e pesquisadores nacionais. Estes núcleos têm se concentrado cada vez mais no desenvolvimento de avanços tecnológicos relacionados à rede de inovações do mercado global. Acompanhando a dinâmica regionalizada do IED, estes centros concentram-se também na região costeira. Ao final de 2004, 189 centros localizavam-se em Beijing, sendo 60% relacionados a indústrias transnacionais intensivas em tecnologia. Em Shangai, mais de 140 núcleos foram estabelecidos. Ainda, as regiões de Guangdong e Jiangsu possuem cerca 100 centros, estando em terceiro lugar no desenvolvimento de tecnologia científica no país.

Como visto anteriormente, o estabelecimento de transnacionais tende a gerar um *spillover* de processos inovativos aproveitado pelas firmas chinesas devido às políticas governamentais de incentivo à

transferência de tecnologia. Porém, devido ao modelo de territorialização chinês, este *spillover* é restrito ao âmbito *regional*, já que a capacidade de converter a tecnologia adquirida em novos produtos, serviços e processos é altamente dependente da presença de bases tecnológicas e de mão-de-obra qualificada (CHEN, 2007). Estes fatores, como vimos, encontram-se majoritariamente concentrados em regiões seletas da China, notadamente em Beijing e Shangai (UNCTAD, 2005).

Se a dinâmica de regionalização do IED beneficiou historicamente as regiões costeiras, a partir de 2007, a taxa de crescimento dos investimentos estrangeiros nas regiões do interior da China ultrapassou a da região costeira. Este fato deve-se, em grande medida, à diretriz “Go West” introduzida pelo governo central na década anterior. Estas políticas, além de incentivarem o

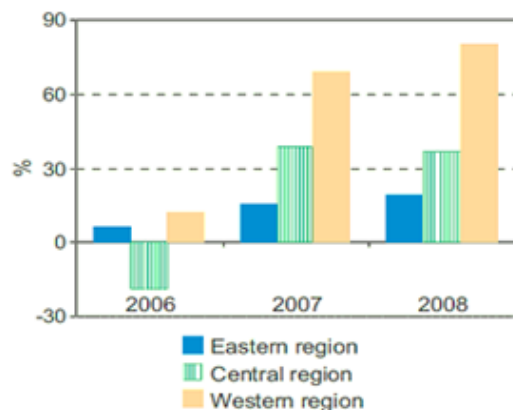
*Mapa 1: Centros de P&D filiados a empresas estrangeiras na China, 2004.*



Fonte: UNCTAD, World Investment Report, 2005

rápido desenvolvimento de infraestrutura, ofereceram facilidades fiscais para a instalação de IED nestas regiões, buscando promover o crescimento econômico nas áreas interioranas. Associado a estes incentivos, os altos custos de produção das áreas costeiras têm redirecionado as atividades das multinacionais para as regiões leste e central (UNCTAD, 2009). Este movimento pode ser percebido como um novo desdobramento da estratégia de desenvolvimento do governo chinês, que agora busca levar o sucesso de sua política de territorialização para o restante do país.

Gráfico 1: Taxa de crescimento do IED nas três regiões da China, 2006-2008.



Fonte: Ministério do Comércio da China apud UNCTAD, *World Investment Report*, 2009.

## 5. Considerações Finais

A China tem exercido uma política clara de estímulo ao investimento estrangeiro direto tendo em vista a

transferência de tecnologia e as exportações. Tal política indica uma ação estatal pragmática no sentido de lançar mão de recursos externos para impulsionar o desenvolvimento econômico do país e certamente tem contribuído para aumentar a participação dos bens de alta intensidade tecnológica na pauta de exportações chinesa (OLIVEIRA *et al.*, 2010). O desempenho exportador, por sua vez, é fundamental para garantir os recursos necessários para as importações associadas às necessidades de crescimento. A utilização planejada de recursos domésticos e externos (no caso desse estudo, o IED) deve ser vista preferencialmente como uma estratégia integrada de maximização do desenvolvimento. Sendo assim, a importância de ambos fatores não pode ser reduzida a sua expressão meramente quantitativa. Mais que isso, possuem *funções* que conjuntamente possibilitam o rápido crescimento sustentado exibido pela economia chinesa nas últimas décadas.

## 6. Referências

BARDHAN, P. **Awakening Giants, Feet of Clay**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

BHASKARAN, M. **China as Potential Superpower: Regional Responses**. Berlin: Deutsche Bank, 2003.

- BRESLIN, S. **Foreign Direct Investment in China: What Figure Don't Tell Us**. Disponível em: <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/pais/people/breslin/research/fdi.pdf>>. Acesso em: 29/10/2011.
- CHEN, Y. Impact of Foreign Direct Investment on Regional Innovation Capability: A Case of China. **Journal of Data Science**, Vol. 5 (2007), pp. 577-596.
- CHEUNG, K.; LIN, P. Spillover Effects of FDI on Innovation in China: Evidence from the Provincial Data. **China Economic Review**, n. 15 (2004), pp. 25-44.
- CHIEN, Shih-Shen and Litao ZHAO. Kunshan Model: Learning from Taiwanese Investors. **Built Environment**. v. 34. n.4 (2008) pp 427-443.
- ONG, A. "The Chinese Axis: Zoning Technology and Variegated Sovereignty". **Journal of East Asian Studies**. vol. 4 (2004), pp. 69-96.
- HUANG, J.; KAO, A. & YAO, S. Policy Implication of Uneven Distribution of FDI among China's Regions and Industries. Disponível em: [http://www3.nccu.edu.tw/~jthuang/Huang\\_Gao\\_Yao07272004.pdf](http://www3.nccu.edu.tw/~jthuang/Huang_Gao_Yao07272004.pdf). Acesso em 1 de outubro de 2011
- LIN, P.; Liu, Z. & ZHANG, Y. Do Chinese Domestic Firms Benefit from FDI Inflow? Evidence of Horizontal and Vertical Spillovers. **China Economic Review**, Vol. 20, n. 4 (Dec. 2009), pp. 677-691.
- NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Londres: The MIT Press, 2007.
- NOGUEIRA, Ia. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. 2011. 209 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, I.; FERREIRA, R. & CHERNAVSKY, E. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial. In: BAUMANN, R, (org.). **O Brasil e os Demais BRICs: Comércio e Política**. Distrito Federal: CEPAL/IPEA, 2010.
- SHARMA, S. **China and India in the Age of Globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- UNCTAD. World Investment Report 2001. Promoting Linkages. Nova York: United Nations, 2001. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=2434&lang=1> . Acesso em 30 de setembro de 2011
- UNCTAD. World Investment Report 2002: Transnational Corporations and Export Competitiveness. Nova York: United Nations, 2002. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=2477&lang=1>. Acesso em 30 de setembro de 2011
- UNCTAD. World Investment Report 2003: FDI Policies for Development: National and International Perspectives. Nova York: United Nations, 2003. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=2979&lang=1> Acesso em 30 de setembro de 2011
- UNCTAD. World Investment Report 2004: The Shift Toward Services. Nova York: United Nations, 2004. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=3235&lang=1>. Acesso em 30 de setembro de 2011
- UNCTAD. World Investment Report 2005: Transnational Corporation and the Internalization of R&D. Nova York: United Nations, 2005. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=3489&lang=1>. Acesso em 30 de setembro de 2011

**UNCTAD.** World Investment Report 2006: FDI from Developing and Transition Economies. Nova York: United Nations, 2006. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=3968&lang=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2011

**UNCTAD.** World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and development. Nova York: United Nations, 2007. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=4361&lang=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2011

**UNCTAD.** World Investment Report 2008: Transnational Corporations, and the Infrastructure Challenge. Nova York: United Nations, 2008. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=4629&lang=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2011

**UNCTAD.** World Investment Report 2009: Transnational Corporations, Agricultural Production and Development. Nova York: United Nations, 2009. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=5037&lang=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2011

**UNCTAD.** World Investment Report 2010: Investing in a low-carbon economy. Nova York: United Nations, 2010. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=5539&lang=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2011

**UNCTAD.** World Investment Report 2011: Non-equity modes of international production and development. Nova York: United Nations, 2011. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=6018&lang=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2011

2004 e nas políticas de abertura previstas na adesão à OMC.

<sup>2</sup> Invest in china:

[http://www.fdi.gov.cn/pub/FDI\\_EN/Statistics/AnnualStatisticsDefault.jsp](http://www.fdi.gov.cn/pub/FDI_EN/Statistics/AnnualStatisticsDefault.jsp)

MOFCOM:

[english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/foreigninvestment/21101/20110107347870.htm](http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/foreigninvestment/21101/20110107347870.htm)

Deloitte:

[http://www.deloitte.com/assets/DcomUnitedStates/Local%20Assets/Documents/us\\_csg\\_KeepingPaceWithChina\\_091709.pdf](http://www.deloitte.com/assets/DcomUnitedStates/Local%20Assets/Documents/us_csg_KeepingPaceWithChina_091709.pdf)

<sup>3</sup> Para maiores informações acerca dessa corrente, ver SHARMA, 2009.

<sup>4</sup> A nomenclatura de “liberais” e “desenvolvimentistas” é utilizada aqui de forma pouco sistemática e apenas indicativa de uma posição mais próxima ao conceito de liberalização e outra mais ligada à idéia de políticas estatais de incentivo ao desenvolvimento. O objetivo não é o de rotular autores ou enquadrar a discussão dentro das posições ideológicas do liberalismo e do desenvolvimentismo.

<sup>5</sup> Para maiores informações acerca dessa corrente, ver: BARDHAN, 2010.

<sup>6</sup> Quatro fases de políticas foram implementadas após as reformas introduzidas por Deng Xiaoping. As três primeiras, compreendidas entre 1979 e 1995, foram responsáveis pela criação das Zonas Econômicas Especiais e pelo crescimento gradual da permissividade (tanto política-administrativa quanto jurídica) de certos tipos de IED, notadamente aqueles que melhor beneficiavam as indústrias exportadoras e de maior teor tecnológico agregado. A última, por sua vez, simbolizou tanto a maior preocupação do governo com a região Centro-Oeste quanto a maior flexibilização das normas de entrada de IED no país, principalmente no setor de serviços. Estas decisões foram impulsionadas pela eclosão da crise asiática de 1999 e pela entrada da China na OMC em 2001. Para maiores informações, ver: HUANG, J.T et al. Policy Implication of Uneven Distribution of FDI among China's Regions and Industries. Taiwan: National Chengchi University press; 2004.

<sup>1</sup> Tais intenções são explicitadas no *Foreign Investment Industry Catalogue* de